PAUTA DE 06/11 A 12/11/2017

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	SITUAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO
PL 329/11 (Conclusivo)	Dep. Hugo Leal (PSC/RJ)	Altera o caput do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à empregada o direito a dois períodos de descanso de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, para amamentar ou cuidar de seu filho até que este complete seis meses.	Aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) – Dep. Pastor Eurico (pela constitucionalidade)	CSSF (aprovado) CTASP (aprovado) CCJC (Constitucionalidade)
PL 3.010/15 (Conclusivo)	Dep. Carmen Zanotto (PPS/SC)	Dispõe sobre ações do Outubro Rosa.	Aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) – Dep. Marcelo Aro (pela constitucionalidade)	CSSF (aprovado) CCJC (Constitucionalidade)
PL 4.884/12 (Conclusivo)	Senado Federal – Sen. Marta Suplicy (PT/SP)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para dispor sobre licença especial à gestante em situação de risco.	Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) – Dep. Raquel Muniz (pela aprovação)	CMULHER CTASP CSSF CFT (adequação) CCJC (constitucionalidade)
PL 7.815/17 (Conclusivo)	Dep. Ana Perugini (PT/SP)	Dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais, usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para a definição e implementação de políticas públicas.	Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) – Dep. Benedita da Silva (pela aprovação)	CMULHER CTASP CCTCI CCJC (constitucionalidade)
PL 5.524/16 (Conclusivo)	Dep. Felipe Bornier (PROS/RJ)	Obriga garantir o direito das mulheres vítimas de crimes de violência, de serem atendidas pela autoridade policial, competente, a sua escolha.	Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) – Dep. Conceição Sampaio (pela aprovação na forma do substitutivo adotado pela CSPCCO)	CMULHER CSPCCO – Dep. Delegado Edson Moreira (aprovado) CCJC (constitucionalidade)
PL 5.304/16 (Plenário)	Dep. Ronaldo	Altera a Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por	Aguardando Deliberação na Comissão de	CFT Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e

PAUTA DE 06/11 A 12/11/2017

	Martins (PRB/CE)	Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo quando a mulher trabalhadora estiver em situação de violência doméstica, na forma que indica.	Finanças e Tributação (CFT) – Dep. Luciano Ducci	Justiça e de Cidadania (CCJC); Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)
PL 5.618/16 (Conclusivo)	Dep. Hildo Rocha (PMDB/MA)	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.	Aguardando Deliberação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) – Dep. Luciano Ducci	CFT CSPCCO – Dep. Carmen Zanotto (aprovado); CCJC (constitucionalidade)
PL 4.614/16 (Conclusivo)	Dep. Luizianne Lins (PT/CE)	Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.	Aguardando Deliberação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) – Dep. Keiko Ota (pela aprovação)	CMULHER – Dep. Ana Perugini (aprovado) CSPCCO CCJC (constitucionalidade)
PL 4.105/15 (Conclusivo)	Dep. Marcelo Belinati (PP/PR)	Acrescenta o Art.9º-A a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) – Dep. Flávia Morais (pela aprovação, com emenda)	CTASP CSSF CMULHER CCJC (constitucionalidade)
PL 1.776/15 (Plenário)	Dep. Paulo Freire (PR/SP)	Inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Rôney Nemer (pela aprovação)	CSSF CCJC (constitucionalidade)
PL 3.591/15 (Plenário)	Dep. Adail Carneiro (PHS/CE)	Torna hediondos os crimes dolosos praticados contra criança, consumados ou tentados, previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) ou na Legislação Extravagante, quando cometidos mediante violência ou grave ameaça.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Afonso Hamm (pela aprovação)	CSSF CCJC (constitucionalidade)
PL 4.488/16 (Plenário)	Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Acrescenta parágrafos e incisos ao art 3.º da Lei 12.318/2010 que dispõe sobre a alienação parental.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Shéridan (pela	CSSF CCJC (mérito e constitucionalidade)

PAUTA DE 06/11 A 12/11/2017

			aprovação, com substitutivo)	
PL 6.815/10 (Conclusivo)	Senado Federal – Sen. Aloizio Mercadante (PT/SP)	Dá nova redação ao art. 255 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), acerca do poder familiar e da classificação indicativa do Estado. Estabelece a pena para o estabelecimento que exibir filme, trailer, peça, amostra, classificado como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo desacompanhados dos pais ou responsáveis.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)	CSSF CCJC (constitucionalidade)
PL 6.022/13 (Conclusivo)	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Jorge Solla (pela aprovação)	CSSF CCJC (constitucionalidade)
PL 1.212/03 (Conclusivo)	Dep. Luiz Bittencourt (PMDB/GO)	Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, portadores de deficiência e gestantes em eventos culturais, artístico, desportivo e similares.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Antônio Brito (pela aprovação)	CSSF CE CPD CCJC (constitucionalidade)
PL 6.475/13 (Conclusivo)	Dep. Marcelo Aguiar (DEM/SP)	Dispõe sobre o auxílio à mãe solteira em situação de hipossuficiência e dá outras providências.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Pastor Marco Feliciano (pela aprovação)	CMULHER (aprovado) – Dep. Creuza Pereira CSSF CFT (adequação) CCJC (constitucionalidade)
PL 2.729/15 (Conclusivo)	Dep. Diego Garcia (PHS/PR)	Cria o instituto do apadrinhamento afetivo, voltado à criação de vínculos entre crianças e adolescentes vivendo em abrigos e pessoas da comunidade.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Wilson Filho (pela aprovação)	CSSF CCJC (mérito e constitucionalidade)
PL 3.994/15 (Conclusivo)	Dep. Geovânia de Sá (PSDB/SC)	Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para obrigar os pais a participarem de reuniões na escola de seus filhos como condicionalidade para a manutenção dos benefícios	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Pastor Marco	CSSF CE (aprovado) CFT (adequação) CCJC (constitucionalidade)

PAUTA DE 06/11 A 12/11/2017

		recebidos no âmbito do Programa Bolsa-Família.	Feliciano (pela aprovação)	
PL 5.687/16 (Conclusivo)	Dep. Professor Victório Galli (PSC/MT)	Dispõe sobre o direito de pedido de cesariana à gestante ao completar no mínimo 37 semanas de gestação.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Shéridan (pela rejeição)	CMULHER (aprovado) CSSF CCJC (constitucionalidade)
PL 2.371/15 (Conclusivo)	Dep. Hissa Abrahão (PPS/AM)	Altera o artigo 107 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata de informação à Defensoria Pública de apreensão de adolescente que não tenha condições de constituir advogado.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Pompeo de Mattos (pela aprovação, com substitutivo)	CSSF CCJC (Mérito e constitucionalidade)
PL 7.047/14 (Conclusivo)	Dep. Paulo Freire (PR/SP)	Cria o Programa Família Acolhedora na Família Extensa, conforme art. 227 da Constituição Federal e arts. 4º, 25 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando propiciar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial.	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Carlos Gomes (pela aprovação)	CSSF CCJC (Mérito e constitucionalidade)
PL 4.509/16 (Conclusivo)	Dep. Laura Carneiro (PMDB/RJ)	Acrescenta parágrafo único ao art. 87 e § 3º ao art. 208 ambos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Trata do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.	Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) – Dep. Eduardo Barbosa (pela aprovação, com substitutivo)	CSSF CCJC (Constitucionalidade)